

**Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas
Graduação em Ciências Econômicas**

MÁRIO CÉSAR DE CAMPOS SOUSA

**A INFLUÊNCIA DAS PRÁTICAS PROTECIONISTAS NO PROCESSO DE
DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES: FRIEDRICH LIST E ALEXANDER
HAMILTON**

Mariana, MG

2018

MÁRIO CÉSAR DE CAMPOS SOUSA

**A INFLUÊNCIA DAS PRÁTICAS PROTECIONISTAS NO PROCESSO DE
DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES: FRIEDRICH LIST E ALEXANDER
HAMILTON**

Monografia apresentada como parte dos requisitos
para obtenção do título de Bacharel do Curso de
Ciências Econômicas do Instituto de Ciências Sociais
Aplicadas da Universidade Federal de Ouro Preto
Orientador: Prof. Dr. Daniel do Val Consentino

Mariana, MG

2018

Catálogo na fonte elaborada pelo bibliotecário: Essevalter de Sousa - CRB6a. 1407

S725i Sousa, Mário César de Campos
A Influência de Friedrich List e Alexander Hamilton
no Processo de Desenvolvimento das Nações² [recurso
eletrônico] : Mário César de Campos Sousa.-Mariana,
MG, 2018.
1 CD-ROM; (4 3/4 pol.).

TCC (graduação em Economia) - Universidade Federal
de Ouro Preto, Mariana, 2018

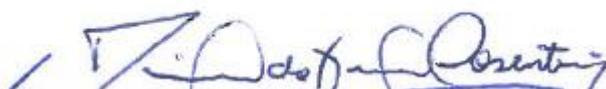
1. List, George Friedrich, 1789-1846 - Economia -
Teses. 2. Pensamento crítico - Teses. 3. MEM. 4. Hamilton,
Eric - Economia - Teses. 5. Mercado aberto - operações
- Teses. 6. Monografia. 7. Capitalismo - História
e crítica - Teses. I.Consentino, Daniel do Val. II.Universidade
Federal de Ouro Preto - Instituto de Ciências Sociais
Aplicadas - Departamento de Ciências Econômicas. III.
Titulo.

CDU: Ed. 2007 -- 330.8
: 15
: 1419860

**A INFLUÊNCIA DAS PRÁTICAS PROTECIONISTAS NO PROCESSO DE
DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES: FRIEDRICH LIST E ALEXANDER
HAMILTON**

Trabalho apresentado ao Curso de Ciências
Econômicas do Instituto de Ciências Sociais e
Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Ouro
Preto como requisito para a obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Econômicas, sob orientação do
Prof. Dr. Daniel do Val Cosentino.

Banca Examinadora



Dr. Daniel do Val Cosentino



Dr. André Mourthé de Oliveira



Pós-Dr. Paulo Roberto de Oliveira

Dedico este trabalho a minha mãe e toda a sua compreensão e dedicação a sempre privilegiar minha educação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe Evanira por todo apoio dado durante todos estes anos e por tudo que esta abdicou em sua vida para me as melhores oportunidades de estudos, por sempre estar ao meu lado e confiar em minhas decisões. Todas as dificuldades que enfrentamos ela soube minimizar; com paciência. Este trabalho é fruto da dedicação e do seu carinho.

Como não lembrar de meus queridos amigos João Rafael Santa Rosa Corrêa e Lucas Franco, que me acolheu e com muita paciência me ajudaram a ter uma boa adaptação ao mundo que ser abrirá para ao iniciar a graduação na cidade de Mariana. Ao amigo Marciano Matias Ângelo pelas conversas e conselhos dados.

Agradeço a todos os professores da graduação pelo comprometimento e atenção. Todos foram importantes, mas tenho uma admiração especial pelos Prof(s). André Mourthé de Oliveira, Leonardo Gomes de Deus e Francisco Horácio Pereira.

Ao meu orientador Prof. Daniel do Val Cosentino agradeço por toda a dedicação, amizade, confiança e principalmente paciência durante esta jornada que seria muito mais difícil para mim sem seus conselhos.

A todos que não foram citados, mas que de alguma forma auxiliaram na elaboração deste trabalho, meu muitíssimo obrigado.

Uma pessoa não será provavelmente um bom economista, se ela for apenas isso.

Stuart Mill

RESUMO

Este trabalho procura entender a defesa do protecionismo econômico a partir das ideias de Friedrich List e Alexander Hamilton. Para tanto analisamos textos clássicos dos autores em questão: a saber *Sistema Nacional de Economia Política e Relatório sobre as manufaturas*. Tendo como referência tais autores e a defesa de medidas nacionais de proteção a polos industriais incipientes ou implementados de forma ineficaz, analisamos a trajetória e as medidas comerciais que contribuíram e permitiram o progresso e a ascensão da hegemonia econômica no mundo capitalista de Inglaterra e Estados Unidos. Para tanto, buscamos em tais pensadores e no exemplo histórico da trajetória das duas potências a construção de um olhar crítico ao conceito de que opulência das nações estaria intimamente ligada a uma maior abertura comercial, tal qual formulado pelos clássicos e pela ortodoxia econômica.

Palavras-chaves: História Econômica Pensamento Economico, List, Hamilton, Protecionismo, Livre Mercado.

ABSTRACT

This paper seeks to understand the defense of economic protectionism from the ideas of Friedrich List and Alexander Hamilton in *the National System of Political Economy and Report on how manufactures*. Taking as reference the authors and the defense of industrial protection products or implemented inefficiently, we analyzed a trajectory and as trade measures that contributed and allowed progress and a rise of economic hegemony in the capitalist world of England and the United States. We seek in such thinkers and in the historical example of the trajectory of the two nations, the construction of a critical look at the concept of opulence of the natives would be closely linked to a greater commercial opening, as formulated by the classics and orthodoxy economic.

Key Words: Economic History, Economic Thought, List, Hamilton, Protectionism, Free Trade.

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	9
1 Introdução.....	10
2 Análise sobre a Perspectiva Histórica.....	11
2.1 Formação do “Mito” Liberalismo econômico.....	11
3 List e a crítica a Escola Clássica.....	16
3.1 Economia Cosmopolita da escola clássica.....	16
3.2 A Importância das Forças Produtivas.....	17
4 Hamilton: Protecionismo, Mercado Interno e as Reações Comerciais.....	22
4.1 A importância do Mercado Interno.....	22
4.2 As Fragilidades da Política de Livre Comércio.....	25
5 List e Hamilton: protecionismo e os setores reais da economia.....	27
5.1 Arranjo das forças Produtivas.....	27
5.2 Restrições as práticas protecionistas.....	29
5.3 Medidas Protecionistas.....	30
6 Considerações Finais.....	33
7 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS.....	35

1 Introdução

A necessidade de abertura comercial como principal fomento ao crescimento e desenvolvimento das nações é um importante legado da economia política clássica. Adam Smith, David Ricardo, Jean Baptiste Say dentre outros expoentes da escola clássica de economia política ajudaram a consolidar um pensamento de que a opulência das nações se encontraria apenas em um cenário onde as liberdades econômicas fossem devidamente respeitadas - ideologia esta que se apresenta em oposição aos ideais defendidos pela doutrina mercantilista.

A visão defendida pela escola clássica, todavia, apresenta-se de maneira levemente incoerente ao se traçar uma análise mais detalhada sobre a perspectiva histórica nas nações que alcançaram uma maturação em suas relações capitalistas.

Partindo desta condição se buscará ao longo deste trabalho expor, através da história do pensamento econômico, o papel que o uso das práticas protecionistas teve no processo de formação das economias do Reino Unido e dos Estados. Sob esta perspectiva de pensamento dois atores merecem destaque neste trabalho: Alexander Hamilton e Friedrich List têm em suas obras, respectivamente, “Relatório sobre as Manufaturas” (1791) e “Sistema Nacional de Economia Política” (1841) como principais expoentes no auxílio da construção deste trabalho.

2 Análise sobre a Perspectiva Histórica

2.1 Formação do “Mito” Liberalismo econômico

O Conceito da liberdade econômica como instrumento na geração da opulência das nações nasce dos princípios apresentados por um iluminismo econômico britânico, tendo como principal expoente o escocês Adam Smith e seu clássico “A Origem da Riqueza das Nações”. Todavia, ao se analisar a construção da econômica britânica ao longo de seu processo de transição de uma economia feudal - ou primitiva - para uma nação plenamente capitalista é notório que suas políticas econômicas se apresentam opostas aos princípios defendidos pela escola clássica - e recomendados pela escola ortodoxa atual.

Para muitos o Reino Unido é uma nação cujo o capitalismo floresceu sem qualquer intervenção significativa do Estado. Todavia, tal hipótese, sobre uma análise histórica, está muito distante da realidade. Kindleberger (1996) descreve a economia britânica ao final do período feudal com relativo atraso frente as economias da Europa continental, limitando sua pauta de exportações a basicamente lã bruta (Kindleberger, 1996, p. 109).

Acredita-se que as primeiras medidas de intervenção econômica na Grã-Bretanha são datadas do reinado de Eduardo III (1322-77) na busca de incentivar a manufatura local dos tecidos de lã. Todavia, assim como nos é apresentado por Daniel Defoe em *A Plan of the English Commerce* (1728), será na dinastia Tudor, principalmente sobre os reinados de Henrique VII e Elizabeth I que o intervencionismo governamental se apresentará de forma preponderante no desenvolvimento da economia do Reino Unido, transformando a Inglaterra, uma nação muito dependente da exportação de lã bruta dos Países Baixos, numa das maiores fabricantes de lã do Mundo (Defoe, 1728, p 81-101).

O processo de amadurecimento do capitalismo no Reino Unido ocorreu num processo lento e gradual dado o atraso tecnológico da Ilha frente a seus concorrentes ocidentais.

“Os flamengos eram antigos no ramo, tinham muita experiência e sem empenhavam em novos tipos de bens, que na época, os ingleses não tinham como conhecer nem eram capazes de imitar”(Defoe, *A plan of the English Commerce*, 1928, p. 96)

Segundo Defoe (1828 p 97-8) os principais frutos da política de substituição de importações de lã promovidos na Inglaterra só seriam colhidos sob o reinado de Elizabeth I (1587), ou seja, quase um século após as primeiras medidas adotadas por Henrique VII. Este cenário, somado a outros aspectos nas diretrizes econômicas do governo de Elizabeth I, possibilitou ao Reino Unido um novo patamar dentro da economia mundial. O envio de emissários comerciais a diversos impérios na Europa e no oriente e o aumento significativo na busca de construção de uma supremacia naval - como a lei dos atos de navegação - possibilitaram aos ingleses entrarem em novos mercados que permaneceram sob influência de Londres por uma grande janela de tempo.

As mudanças nos dogmas da economia política inglesa começam a mudar a medida que o capitalismo, da forma que se conhece no mundo contemporâneo, começa a atingir maior grau de sofisticação e uma necessidade cada vez mais latente de construção de um cenário opulento a uma indústria manufatureira dinâmica. Um ponto chave para esta discussão encontra-se na reforma da legislação mercantil de 1721 promovida por Robert Walpole.

“É evidente que nada contribuiu mais para promover o bem-estar público do que a exportação de bens manufaturados e a importação de matérias primas estrangeiras”(Walpole, apud. List, “*Sistema Nacional de economia Política*, 1983, p.40).

Os princípios apresentados pela legislação de 1721 apresentaram ao parlamento inglês algumas medidas-chaves para o desenvolvimento das manufaturas, dentre elas destaca-se a redução e, em muitos casos, abolição de impostos sobre matérias primas importantes para as manufaturas inglesas. Além disso, aboliu-se o imposto de exportação da maior parte dos bens manufaturados e a regulamentação para controle de qualidade dos produtos manufaturados ingleses, principalmente os bens têxteis a fim de evitar que os produtores inescrupulosos prejudicassem a imagem dos produtos britânicos no mercado internacional. Este último aspecto da política mercantil inglesa é interpretado por Brisco da seguinte forma:

“Walpole compreendeu que, para vender com sucesso num mercado extremamente competitivo, eram necessários bens de alto padrão. Sendo demasiado gananciosos para vender a preços mais baixos do que o rival, os fabricantes piorariam a qualidade de suas mercadorias, coisa que enfim se refletiria em outros bens produzidos na Inglaterra. Só havia um meio de garantir bens com alto padrão de qualidade, que consistia em regular as manufaturas mediante a supervisão governamental”(Brisco, 1907, p. 185)

Em síntese, assim como é apresentado por Brisco (1907, p. 129) as manufaturas tinham a necessidade de serem protegidas internamente contra a concorrência de produtos estrangeiros, assim como simultaneamente, devia-se garantir condições de liberdade a exportação das manufaturas. Mesmo com o advento da Revolução Industrial e a ampla hegemonia da indústria inglesa no mercado mundial, a postura econômica do governo inglês se apresentou pouco flexível. Ao longo de grande parte do século XIX as restrições a política de importação do Reino Unido ainda se apresentavam de forma bem significativa. Os princípios defendidos por Smith e a Economia Política clássica tiveram que “esperar” para que o capitalismo britânico estivesse amplamente maduro para que alguns de seus princípios - sobretudo o livre comércio - se tornassem aplicáveis pelos formuladores da política comercial inglesa.

“Em 1948, a Grã-Bretanha tinha 1.146 produtos tributáveis, em 1860 não mais que 48, dos quais doze eram sobre bens de luxo ou supérfluos. Tendo sido a mais complexa da Europa, agora a traficação britânica cabia em meia página do *Whitaker's Almanack*” (Fielden, 1969, p.82).

As ideias apresentadas por Walpole em 1721 ao parlamento britânico, assim como os princípios liberais da escola clássica, conseguiram ter aderência das escolas econômicas nas mais diversas regiões do globo, dentre as quais destaque-se as primeiras gerações da escola do pensamento econômico norte americano. Longe de ser um pensamento uniforme na sociedade americana, os ideais protecionistas sempre se tiveram presentes dentro da política econômica do país, tendo como principais expoentes autores como Daniel Raymond e Alexander Hamilton. Todavia, dentro do processo histórico americano é importante observar que a adoção das tarifas de proteção à indústria nascente se intensifica após a Guerra de 1812. Com o fim do conflito travado contra os ingleses, a partir de 1816, os Estados Unidos mantêm a proteção a sua indústria nacional. List (1841) observa tal condição como uma “proteção natural” propiciada pela guerra contra o império inglês.

Desde tal data a adoção de práticas comerciais protecionistas passam a se fazer presentes dentro da política norte americana, gerando um cenário de divergência entre as regiões manufatureiras e regiões com economias mais agrícolas. Pode-se

dizer que este debate se inicia com Thomas Jefferson¹ e Alexander Hamilton² e os ideais sobre os quais deveria se erguer esta nova nação até as divergências que levaram a uma devastadora guerra civil.

Apesar da causa abolicionista ser apresentada como principal pano de fundo para o conflito entre estados do Norte e do Sul não se deve eliminar o debate econômico deste cenário. Os estados do Norte, mais voltados às produções manufatureiras, detinham interesses de manutenção - e até mesmo ampliação - na proteção da indústria nascente e dos incentivos governamentais para infraestrutura. Tal cenário fazia com a posse do, novo presidente Abraham Lincoln em 1860 abrisse a estes estados manufatureiros uma grande oportunidade de manutenção e ampliação da defesa dos interesses industriais dentro do governo central.

Lincoln apoiava-se muito em ideias defendidos por Henry Clay³ na defesa do “Sistema Americano” que, assim como é apresentado por Luthin (1944, p. 610-) se opunha plenamente ao “Sistema Britânico” de livre comércio. Clay defendia que a “proteção das indústrias nacionais” e o “aperfeiçoamento interno” (Investimento em infraestrutura) se tornariam um elemento chave para o desenvolvimento.

Henry Carey, outro importante economista das primeiras gerações da economia política americana, denominava que o “Sistema Britânico” de livre comércio fazia parte do sistema imperialista britânico, que reservava para os Estados Unidos o papel de exportador de produtos primários (Conkin, 1980, p. 287-8)

Nestas condições e com os possíveis rumos da política econômica americana como a eleição do Presidente Abraham Lincoln, as práticas comerciais protecionistas poderiam se apresentar aos estados do sul como um elemento muito mais nocivo que o próprio fim da escravidão por dois aspectos centrais: uma adesão maior às práticas protecionistas dificultariam os interesses dos estados do sul em importar produtos manufaturados, principalmente ingleses, um vez que estes se apresentavam ao mercado norte americano com preços mais baratos e melhor qualidade que os bens nacionais e com as práticas protecionistas tinham cada vez mais dificuldades para

¹ Thomas Jefferson foi o primeiro secretário de Estado (1790 – 1793) e terceiro presidente dos Estados Unidos (1801 - 1809). Sua posição econômica embasava-se que os Estados Unidos deveriam dirigir seus esforços para o setor da economia em que detinha sua ‘vocação natural’: O setor agrícola.

² Alexander Hamilton foi o primeiro secretário do Tesouro americano (1789-1795).

³ Importante congressista americano da primeira metade do século XIX e nono secretário de estado dos Estados Unidos (1825 – 1829).

adentrar ao país. O segundo ponto que merece destaque encontra-se a postura do presidente Lincoln no que tange a escravidão. O presidente sinalizou ser claramente flexível ao trabalho servil nos estados do sul, tendo a iniciativa de abolir a escravatura em 1862 mais como uma estratégia moral para ganhar o conflito do que apoiado em suas próprias convicções morais (Garraty & Carnes, 2000, p 391-2, 414-5).

Mesmo após o fim da guerra civil americana a adesão das práticas protecionistas ainda se fez presente na construção da economia americana moderna. Como é apresentado por Bairoch (1993, p. 51-2), a economia americana durante todo o século XIX e até os anos 1920 apresentou-se para o mundo como a economia que mais rapidamente cresceu, conquanto tenha sido a mais protecionista em quase todo período.

Todavia, é importante ressaltar que a política de desenvolvimento norte-americano não se focou apenas nas práticas de reclusão de seu mercado interno a bens provenientes do estrangeiro. Os Estados Unidos investiram na promoção da infraestrutura de transportes principalmente de ferrovias; expansão nos investimentos em educação pública; e pesquisas que aumentassem a produtividade do setor agrícola (Kozul-Wright, 1995, p. 100-2)

A flexibilização na política comercial americana só é vista às portas da segunda metade do século XX. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e sua incontestável supremacia industrial, a formulação da política comercial americana começa a defender os ideais de livre comércio.

Ingleses e americanos, após consolidarem seus processos de formação capitalista e de fortalecimento de suas manufaturas, inverteram radicalmente o discurso da política econômica, abandonando quase que por completo princípios protecionistas que outrora foram muito importantes para o crescimento destas nações. As primeiras gerações do pensamento econômico americano (fortemente ligadas a ideais protecionistas) praticamente entraram em total ostracismo e pouco influenciam o pensamento econômico americano contemporâneo. Todavia, assim como definiu Paul Bairoch (1993, p.30), não se pode esquecer que Inglaterra e Estados Unidos foram “ a pátria-mãe e o baluarte do protecionismo moderno”.

3 List e a crítica a Escola Clássica

3.1 Economia Cosmopolita da escola clássica

O Autor alemão Georg Friedrich List apresenta-se como um grande opositor sobre frente aos defensores da teoria do Livre Comércio. Fortemente influenciado pelo pensamento econômico americano seu - Dado seu período de vivência nos Estado Unidos - List traz em sua principal obra, "*Sistema Nacional de Economia Política*" uma extensa argumentação justificando porque as práticas protecionistas são vitais para o desenvolvimento das manufaturas incipientes.

Mostrando-se em oposição aos princípios apresentados por Adam Smith, David Ricardo, Jean Baptiste Say e demais expoentes da escola clássica de economia política, List tangencia seu argumento na ideia que os princípios por esses apresentados não refletiam o verdadeiro sentido do estudo da economia política. Associada a esta óptica, o autor busca desconstruir ao longo de sua principal obra a visão de que o livre mercado constituiria um elemento vital para a criação e manutenção do desenvolvimento das nações.

Ao iniciar o segundo livro de seu *Sistema Nacional de Economia Política* ("A Teoria"), o autor inicia sua retórica contrária aos princípios apresentados pela clássica escola de economia política. Seu primeiro ponto de divergência encontra-se na forma em que se deve compreender o conceito de economia política. Segundo o autor, a escola tradicional orchestra suas hipóteses sob uma construção social que reflita uma república universal, onde todos detêm condições isonômicas. Esta apresenta-se de maneira clara nas palavras de J.-B Say:

"Podemos considerar os interesses econômicos da família tendo o pai como cabeça; os princípios e observações referentes a isso constituirão a economia privada. Entretanto, aqueles princípios que dizem respeito aos interesses de nações inteiras quer em si mesmas, quer em relação a outras nações, constituem a economia pública (l'économie publique). Finalmente, a economia política refere-se aos interesses de todas as nações, à sociedade humana em geral"(SAY, 1983, p. 288)

Este princípio que, segundo o autor, seria uma herança da escola fisiocrática, nada acrescentaria a construção de um sistema de economia política. As premissas de List sobre tais argumentos desenvolvidos pela escola clássica orientam-se sob a perspectiva que esta desenvolveu-se voltada para uma estrutura econômica cosmopolita e não para os horizontes da economia política. Esta abstração seria um

dos motivos pelo qual a mesma foi condicionada ao erro em propor o livre comércio com forma de fomento do crescimento das nações, uma vez que uma sociedade cosmopolita não está sujeita a mudanças mais abruptas dos mercados (conflitos militares, problemas diplomáticos, barreiras alfandegárias, dentre outros).

A genuína economia política, segundo os dogmas apresentados por List, não detém uma característica universal, mas sim uma condição nacionalista. Cada nação, dadas as suas condições de formação histórica, social e institucional, construiriam as condições para a construção de seus princípios de economia política. Para tal, os princípios apresentados pelo 'main stream', ao ser julgado com forma de economia política, se apresentaria, no máximo, como um reflexo do pensamento econômico inglês. Deste modo, a eficácia da filosofia de livre mercado proposta pela economia política clássica se restringiria a nações em condições similares as encontradas na Inglaterra de meados do século XIX.

3.2 A Importância das Forças Produtivas

Mais um ponto de inflexão de destaque entre o pensamento exposto pelo autor e os apresentados pela escola dominante encontra-se na importância dada sobre o conceito de "forças produtivas" dentro da economia política. Adam Smith, dentro dos expoentes clássicos da economia política, é um dos primeiros a reconhecer a importância das forças produtivas no processo de riqueza das nações, como é possível observar na citação da introdução de "A Origem da Riqueza das Nações":

"O trabalho constitui o fundo do qual toda nação aprofunda sua riqueza, sendo que o aumento da riqueza depende primeiramente da força produtiva da mão de obra, ou seja, do grau de habilidade, destreza e competência com o qual a mão de obra da nação geralmente é aplicada, e, em segundo lugar da proporção entre número dos cidadãos empregados produtivamente e dos improdutivo".(SMITH, *A Origem da Riqueza das Nações*, p. apud List, *Sistema Nacional de economia Política*, 1983, p.98) No entanto, sobre as premissas defendidas por List, observa-se que tal conceito não detém um desenvolvimento minucioso dentro de sua obra, sendo subjugado pela sua herança cosmopolita fisiocrática e, sobretudo, por sua mais nova descoberta: a divisão do trabalho. As forças produtivas, devem apresentar-se como elemento de vital importância para a construção da riqueza das nações, sendo necessário a elas passar

por um processo contínuo de aprimoramentos e investimentos, uma vez que somente desta maneira se obterá um desenvolvimento nacional contínuo e sustentável.

Outra abstração feita por Adam Smith em “A Riqueza das Nações” e que é criticada por List encontra-se na formulação da teoria da divisão do trabalho. O autor constrói uma argumentação na eventual incongruência na defesa do livre comércio e da divisão do trabalho. Segundo a argumentação proposta pelo autor, pode-se pinçar o conceito de divisão do trabalho apresentado por Smith e aplica-lo a sobre um ambiente mais amplo que a unidade fabril: a nação.

Apoiado sobre o princípio magno que justifica a implementação da divisão do trabalho, constrói-se a hipótese de que esta poderia ser ampliada para a relação harmônica entre os setores de produção (agricultura e indústria), uma vez que o equilíbrio da divisão das tarefas detém um papel chave para a construção de uma nação opulenta. Além disto, deve-se buscar construir um conceito de mútua cooperação entre os setores produtivos, uma vez que, sobre o prisma defendido por List o progresso de um dos setores acarretará no avanço do outro e, conseqüentemente, no crescimento da nação.

Todavia, apesar desta condição de cooperação, defende-se que o setor industrial como o capaz de produzir maiores mudanças dentro da estrutura produtiva de toda a economia - inclusive sobre o setor agrário. O desenvolvimento industrial traz consigo uma expansão do nível tecnológico daquela sociedade elevando a produtividade tanto nos núcleos urbanos quanto nas áreas rurais. Estes ganhos de produtividade nas regiões de produção agrícola possibilitam que as mesmas detenham um maior excedente, aumentando sua comercialização com as cidades e, conseqüentemente, elevando o nível de renda e a demanda de produtos manufaturados nestas regiões - dando vazão a oferta de bens manufaturados produzidos nas cidades.

“Em proporção a essa produção excedente, a população ocupada na agricultura será capacitada a consumir os artigos produzidos pelos trabalhadores das manufaturas. Um aumento contínuo de produtos agrícolas gerará um contínuo aumento da procura de operários para manufaturas, e a população manufatureira, ai final, não somente se igualará à população agrícola em número, mas a ultrapassará em muito.” (LIST, 1983, p.110-11)

A estrutura apresentada a cima e retirada do cap. XIII de List (1983), nota-se que a saúde do progresso nacional se apoiava nesta relação de mutua cooperação e interação entre os setores produtivos, tendo como resultante direto a construção de um mercado interno de alta absorção dos bens produzidos por aquela economia.

Sobre esta premissa o List justifica a necessidade de implementação de práticas protecionistas ao desenvolvimento nacional. Segundo List, nações que permanecem como economias em condições estritamente agrárias esboçam uma enorme fragilidade: estas nações serão incapazes de construir um mercado interno com complexidade de dinamismo que possibilite as mesmas galgar um processo mais amplo de crescimento e, conseqüentemente, a dinâmica destas nações encontrará um forte grau de dependência sob os ventos que conduzem o mercado internacional, como guerras, problemas diplomáticos, mudança na legislação aduaneira das nações mais maduras.

O esboço deste cenário apresenta-se como uma justificativa mais que viável para o autor para a implementação de políticas de comércio protecionistas. Por mais que estas, como apresentam os seus críticos, apresentem uma condição de ineficiência econômica com o surgimento de monopólios no curto prazo. Nota-se que tal condição se tornará mais evidente em nações pequenas, com menor desenvolvimento agrícola, manufatureiro e institucional. Nestas o efeito será apenas a criação de monopólios protegidos pela legislação aduaneira. Segundo o autor, estas nações não se encontram aptas ao desenvolvimento das manufaturas e tampouco devem buscar práticas protecionistas na tentativa de desenvolvê-las, uma vez que estarão fadadas ao fracasso.

Todavia, esta passa a ser uma medida a ser considerável a nações em que seu potencial agrícola e suas instituições detém condições de, associado a uma medida protecionista, impulsionar o crescimento das manufaturas nacionais. Nestas nações a ineficiência inicial de monopólio de curto prazo se justifica uma vez que dentro de sua estrutura interna é possível se criar um ambiente de fomento a práticas de inovação e, conseqüentemente, de concorrência. Para estas nações a adoção de práticas protecionistas em setores estratégicos capazes de impulsionar o crescimento de outras manufaturas secundárias, torna-se um importante catalizador para o progresso da nação

A partir desta construção desenvolve-se uma nova argumentação que se apresenta de forma destoante com os conceitos defendidos por Adam Smith e os seguidores dos preceitos da economia política clássica: o princípio da economia nacional.

Seguindo os preceitos de Smith, a economia política clássica desenvolve uma premissa que os estímulos ao crescimento da economia nacional são idênticos aos estímulos que fomentam os indivíduos na economia privada. Deste modo, o sucesso de uma nação encontra-se na soma do bem individual almejado por todos os indivíduos desta sociedade.

As diretrizes de List sobre este tema destoam radicalmente dos preceitos apresentados por Adam Smith, uma vez que os princípios aplicados sobre a vida privada não devem ser reproduzidos na análise da economia nacional. As premissas apresentadas por Smith tornam-se irrealis novamente devido a fragilidade das ideias que sustentam a construção de sociedade ao qual estão imersas. Assim, segundo List, estes conceitos apenas se apresentariam de forma válida em uma estrutura política cosmopolita. Trazendo a mesma para uma visão um espectro da economia política nacional a visão defendida pela escola clássica apresenta-se de uma forma fragilizada.

Um ator importante nesta desconstrução, segundo List, o estado nacional. Os governos que constituem os estados nacionais modernos detêm como um de seus principais objetivos a formulação ou manutenção do bem-estar hoje e no futuro aos cidadãos que lhe dão legitimidade. Partindo deste princípio, é quase impossível partir da premissa de não ação governamental no afincamento de ganho ou manutenção do bem-estar social. Entretanto, tais medidas apresentam a tendência de gerar imperfeições que modificam a dinâmica orgânica de funcionamento dos mercados.

Evidencia-se novamente um questionamento ao princípio de isonomia e perfeição no funcionamento do livre mercado. Uma nação que busque seguir os princípios apresentados pela visão cosmopolita da escola clássica passa a correr o risco de ter de ter seus interesses (e, conseqüentemente, a organização de suas forças produtivas) sendo legislados por orientações políticas provindas do exterior.

“Nesses casos, é obvio que a legislação estrangeira impõe normas ao nosso capital e às nossas forças produtivas pessoais, normas que dificilmente teríamos aceito, uma vez que esses regulamentos vieram de fora. Disso se

segue que, se deixássemos de dar uma orientação, através de nossa própria legislação, à nossa atividade nacional de acordo com os nossos próprios interesses nacionais, não teríamos condição para impedir nações estrangeiras de dirigirem a nossa atividade nacional de modo a atender às vantagens reais ou presumidas delas, e que, em todo caso, entrava o desenvolvimento de nossas forças produtivas”.(LIST,1983, p. 118)

Um fenômeno que exemplifica bem esta condição é a postura do governo inglês durante períodos do século XIX no que tange a importação de trigo. Em período de prosperidade da cultura na Inglaterra aumentava-se os encargos aduaneiros a importação do grão como forma de proteção ao produtor nacional (como citado anteriormente um elemento importante na dinâmica do mercado interno do país). Todavia, as nações continentais puramente agrícolas que vendiam trigo aos ingleses perdiam um importante mercado consumidor e tinham o preço de seu produto e seu poder de importação de bens manufaturados reduzirem substancialmente. Sobre uma visão simples deste exemplo, nota-se que o preço do trigo exportado pela nação agrícola não é regido pelo equilíbrio orgânico do livre mercado, mas sim pelas necessidades da sociedade britânica.

Conclui-se, segundo o pensamento apresentado pelo autor, que as peculiaridades de formação das sociedades nacionais lhe garantem peculiaridades e interesses singulares, estes últimos por sua vez elementos que desorganizam o ideal cosmopolita de Smith e fazem com que as práticas protecionistas passem a ser compreendidas uma vez que estas garantem o bom funcionamento do mercado nacional, aperfeiçoamento contínuo da produção, dos transportes e uma maior estabilidade no fluxo de renda do país. Estas características serão vitais, segundo List, a manutenção e desenvolvimento das estruturas responsáveis pela geração de riquezas: as forças produtivas.

4 Hamilton: Protecionismo, Mercado Interno e as Reações Comerciais

4.1 A importância do Mercado Interno

São diversos os conceitos que alicerçam a necessidade de proteção das indústrias nascentes nos países que almejam maior grau de desenvolvimento. Dentre estas duas merecem um maior destaque: a busca por um maior equilíbrio nas relações comerciais com o exterior e a importância de construção e manutenção de um mercado interno sólido.

Ao contrário dos preceitos defendidos por Smith e a economia política clássica em institucionalizar o livre mercado como unidade vital para a geração da riqueza e da opulência das nações, os de List e dos demais autores defensores das necessidades de proteção à indústria nascente, apresentam a hipótese de que o progresso das nações não se encontra em função das liberdades comerciais desta sociedade. Para este grupo de economistas o progresso e desenvolvimento das nações encontra-se na harmonia do arranjo das forças produtivas do setor agrícola e, principalmente, do setor manufatureiro.

Partindo desta premissa, o comércio externo atende um interesse secundário. A ele é garantida a função de resguardar os interesses da nação dentro da conjuntura do mercado internacional. Os movimentos das políticas comerciais com exterior devem sempre buscar suprir as necessidades daquela economia, assim os movimentos de expansão (ou abertura) ou retração (ou fechamento) dentro do contexto internacional devem servir de respostas às demandas que determinada economia detém diante de tal contexto.

Alexander Hamilton foi o primeiro secretário do tesouro americano, ocupando tal cargo de 1789 a 1795. Participando da vida pública em uma fase embrionária da nova nação, Hamilton apresenta uma postura clara em favor do fomento das manufaturas nos Estados. Esta postura fica clara em sua obra de maior destaque: “*O Relatório sobre as Manufaturas*” (1791).

Hamilton expõe neste discurso dirigido a câmara dos deputados as necessidades de proteção às manufaturas americanas e, simultaneamente tece uma crítica ao modelo de livre comércio defendido por parte da aristocracia norte americana e pela economia política

Hamilton, em respostas aos dogmas apresentados pela escola dominante (Economia política clássica inglesa), que o sistema de livre comércio por eles apresentados está muito distante de ser tangível com as realidades comerciais praticadas no mercado internacional - inclusive pelas nações que as defendem.

“Se o sistema de perfeita liberdade de produção e comércio fosse prevalente entre as nações, indubitavelmente, teriam grande relevância os argumentos que dissuadem da árdua empresa manufatureira um país com as condições dos Estados Unidos... Entretanto, o Sistema que acaba de mencionar está muito distante de caracterizar a política geral das nações”(Hamilton, 1995, p. 57-58)

Para o ex-secretário do tesouro norte americano os produtos primários tendem a ter demandas com maior oscilação dentro do mercado internacional dada sua relativa abundância dentro deste mercado associadas às medidas protecionistas que as nações manufatureiras realizam para proteger os interesses dos seus agricultores. O mesmo efeito não ocorre com os bens manufaturados cuja demanda detém características mais estáveis, dada o alto nível dependência das nações meramente agrícolas. Hamilton descreve estas condições de forma clara ao apresentar as relações comerciais entre nações puramente agrícolas e com produção agrícolas e manufatureiras da seguinte forma:

“Efeito é que as nações manufatureiras restringem as vantagens naturais de sua situação, por seu empenho em não permitir que as nações agrícolas gozem das suas, sacrificando os interesses de intercâmbio mutuamente benéfico à vã pretensão de *vender tudo e não comprar nada*. ” (Hamilton, 1995, p. 54)

Segundo os conceitos apresentados por Hamilton, uma nação que apresenta uma estrutura produtiva como sustentação no sistema agrícola tende a sofrer mais com as oscilações e irregularidades dos mercados. A solução, segundo Hamilton, não há outro meio de gerar a prosperidade das nações que não seja através do fortalecimento do mercado consumidor interno. Este, por sua vez, está fortemente ligado a promoção dos estabelecimentos manufatureiros.

“Existem fortes razões para considerar bastante incerta a demanda externa desde excedente [excedente agrícola] e para procurar substituí-la mediante a ampliação do mercado interno. ” (Hamilton, 1995, p..55)

List arquiteta a hipótese similar ao apresentado por Hamilton, todavia para o economista germânico a importância do comércio internacional restringe-se apenas aos países de áreas tropicais.

“Se, pois, os países da zona tórrida produzirem quantidades muito maiores de bens colônias do que até agora, disporão dos meios de importar dos países de clima temperado quantidade muito maiores de manufaturados; os países da zona temperada, por sua vez, vendendo maiores quantidades de manufaturados, poderão consumir maiores quantidades de bens coloniais.”
(LIST, 1983, p.179)

Todo país da zona temperada com condições de industrializar-se deve buscar uma estreita relação com as nações tropicais, uma vez que estas poderão lhe fornecer insumos e matérias primas ao qual a natureza não o favoreça e, em contrapartida, os mesmos se apresentam com um mercado consumidor relativamente estável ao consumo de seus bens manufaturados.

Nota-se que o desenvolvimento desta relação comercial tão importante para as nações da zona temperada encontra-se apoiada em dois segmentos primordiais: a difusão dos meios de transporte e a diversidade de sua indústria de manufaturas.

List apresenta que países sem estrutura mercante eficiente e sem uma indústria de manufaturas diversificadas terão grandes dificuldades de conseguir deter relações comerciais com as regiões tropicais, uma vez que não conseguirão gerar nos países tropicais incentivos a troca de mercadorias. Um país agrário da zona temperada que busque construir uma rede de negociação com uma nação tropical encontra-se sobre uma condição delicada. A ele cabe apenas oferecer produtos primários, ao qual não detém competitividade no mercado internacional devido a sua baixa produtividade, e por sua vez não geram estímulo a troca com a nação tropical; ou buscar a aquisição no mercado de manufaturas com as nações mais maduras (a um preço relativo elevado), para oferecer o mesmo como termo de troca aos países tropicais.

Ambas as maneiras de instrução de troca apresentam-se de forma ineficiente, reforçando as dificuldades das nações agrícolas em financiar suas demandas por importações. Além desta, List apresenta que outras características se fazem presente a estas nações tais como um elevado grau de endividamento devido a constante fuga de reservas e deterioração dos termos de troca. Estas condições financeiras trazem

como principais resultantes diretas fragilidades na construção de um sistema de crédito e da manutenção da atividade econômica da nação.

4.2 As Fragilidades da Política de Livre Comércio

Uma das principais críticas feitas por List a adoção do livre comércio, outrora apresentado pela escola clássica como razão primordial para alavancar o desenvolvimento das nações, para países com uma estrutura produtiva menos eficiente, com setor manufatureiro rudimentar ou inexistente, apresenta-se como causador de desequilíbrios financeiros e monetários.

List argumenta que endividamento, dado a grande quantidade de títulos públicos emitidos para compensar os déficits comerciais, começa a construir um cenário ao qual a manutenção da saúde financeira de uma nação passa a ser regida pelos interesses e que conduzem o mercado financeiro internacional, estes quase sempre representando as demandas dos mercados financeiros das nações industriais - principalmente da Inglaterra.

Segundo Hamilton os títulos públicos das nações eram tidos como um recurso vital para o fomento de sua opulência. Para ele, as nações agrárias não deveriam apenas utiliza-los como forma de compensar as perdas financeiras oriundas de sua estrutura produtiva, mas interpreta-los como instrumentos capazes de atrair capital que se reverteria em estímulos aos polos manufatureiros.

“Parece haver base para afirmar que os títulos governamentais funcionam como fonte de capital para os cidadãos dos Estados Unidos e que se são, efetivamente um recurso, trata-se de um recurso importante” (Hamilton, 1995, p.80)

Segundo List, esta ótica só pode ser revertida com a proteção das manufaturas nascentes nas nações com o potencial a desenvolvê-las. Sob uma perspectiva de longo prazo, o protecionismo apresenta-se com custos sociais muito mais baixos que a manutenção do livre comércio para as nações agrícolas. A adoção de medias protecionistas, progressivamente, reduziram a demanda da nação por bens manufaturados, reduzindo conseqüentemente seu déficit na balança comercial até o nível da mesma conseguir aferir superávits comerciais.

Adotando esta visão conclui-se que, ao contrário do que é defendido pela economia política clássica, as relações comerciais internacionais detêm um papel marginalizado dentro da construção da prosperidade de uma nação. A razão do crescimento encontra-se justamente em uma origem que é pouco debatida pelos conceitos da economia política, a maturação e dinâmica do mercado interno. Ao contrário do que fora defendido por Adam Smith, este realmente apresentava-se como um elemento crucial para o fomento e sustentabilidade do crescimento. Tal abstração feita muito deve-se as estruturas sociais presentes no Reino Unido sob as quais vivera o economista escocês. Os britânicos já haviam constituído uma estrutura institucional e de mercado interno nos anos de Adam Smith e suas necessidades econômicas encontravam-se em ampliar seus mercados consumidores no afimco de garantir o crescimento do sistema produtivo industrial. Sob esta perspectiva as demandas da economia britânica exigiam que sua política comercial criasse uma orientação de abertura comercial universal.

Todavia, estes princípios desenhavam-se apenas para nações que se encontravam no nível econômico e social da Grã-Bretanha, e por isso constituíam um pensamento econômico nacional, e jamais deveria ser interpretado, como foram pela escola dominante de economia política, como ideais universais. Segundo List este foi o grande erro cometido por Smith e todos os teóricos que o seguiram.

5 List e Hamilton: protecionismo e os setores reais da economia

5.1 Arranjo das forças Produtivas

O capítulo anterior apresenta o progresso das manufaturas como elemento vital para a opulência econômica e social das nações e para que estas sejam capazes de utilizar todos os seus recursos e forças produtivas de forma eficiente.

Segundo List, uma economia meramente agrária jamais será capaz de utilizar seus recursos naturais de forma realmente eficientes, uma vez que, dada sua perspectiva de subsistência agrícola, seus horizontes para a utilização destes recursos apresentam-se de forma limitada.

O mesmo ideal era compartilhado por Hamilton. Mesmo dentro da dualidade econômica e ideológica que dividira o primeiro século dos Estados Unidos entre estados agrários do Sul e os estados que visavam a construção de uma sociedade mais urbano-industrial ao norte, Hamilton defendia que o desenvolvimento das manufaturas se apresentaria como algo benéfico a todas as regiões da nação.

Segundo Hamilton “a prosperidade coletiva das manufaturas e a prosperidade coletiva da agricultura estão intimamente interconectadas” (Hamilton, 1995, p.92). Tal interpretação deve-se ao fato das regiões industriais, além de se beneficiarem dos transbordos gerados pela produção manufatureira, simultaneamente, dada a sua demanda por mão de obra, gerariam também excedentes nas regiões agrícolas, sendo que estas por sua vez encontrariam no mercado interno uma relação comercial mais estável do que se fossem trocar suas matérias primas por bens manufaturados no mercado internacional.

“Se tais estabelecimentos localizarem principalmente nos estados do Norte e do Centro eles beneficiarão, imediatamente, os estados do Sul, criando uma nova demanda para os produtos destes” (Hamilton, 1995, p.93)

Para List, este fenômeno desencadeado pelo desenvolvimento das manufaturas sobre toda a estrutura produtiva da nação deve-se ao fato que a prosperidade das indústrias geraria um excedente social (composto por inovações, organização social e institucional, dentre outros fatores) que transbordaria os limites das cidades. Tal

condição apresenta-se de forma clara quando List apresenta o impacto que as manufaturas exercem sobre as forças intelectuais de determinada nação:

“Além disso, assim como a manufatura age beneficemente no desenvolvimento das forças intelectuais da nação, da mesma forma estas atuam no desenvolvimento da força de trabalho, proporcionando aos trabalhadores meios de diversão, estímulos para exercerem suas faculdades e oportunidades para a utilização delas”. (LIST, 1983, p. 140)

Este transbordamento modificaria drasticamente a organização social e produtiva das regiões agrícolas que orbitariam estes centros manufatureiros desenvolvidos. Estas por sua vez passariam a incorporar novas técnicas de produção, gerando maiores excedentes e, a partir destes, fomentariam uma cultura de troca mais avançada com as zonas urbanas.

Uma vez que novas práticas produtivas começam a ser utilizadas há um ganho de produtividade da propriedade rural, fazendo com que a mesma detenha um significativo ganho de seu excedente que poderá ser comercializado. A ampliação deste excedente apresenta-se de uma forma duplamente importante para o progresso econômico. Em primeira estância este demonstra-se vital para lubrificar a dinâmica do mercado interno, uma vez que dará condições a manutenção e crescimento das cidades (ofertando bens vitais para a subsistência urbana e manufatureira) e, por outro lado, amplia as condições de consumo das populações rurais. Dentro deste contexto, a constante ampliação do excedente agrícola torna-se de suma importância para o crescimento nacional. No médio e longo prazo List apresenta que se notou que o seu crescimento possibilitou uma ampliação mútua de bem-estar para ambos os setores produtivos. O exemplo apresentado por List encontra-se ao narra o desenvolvimento setor manufatureiro inglês. Dado sua ampliação, aquisição de matérias primas começou a se dar a custos cada vez mais baixos e, conseqüentemente começa a ofertar seus bens a preços mais baratos. Por outro lado, os agricultores ingleses ampliam paulatinamente ao crescimento de seu excedente a demanda por produtos manufaturados e conseguem adquiri-los a custos cada vez mais baixos - principalmente ao se relativizar os preços com nações agrárias da Europa continental (Como a Polônia)

Um exemplo empírico no qual List baseia tal hipótese de sustentação encontra-se na evolução da condição social dos agricultores poloneses (nação predominantemente agrária) frente a condição dos agricultores ingleses. Ao se fazer

uma análise dos preços relativos entre as duas regiões nota-se que os preços relativos dos cereais produzidos pelos produtores poloneses frente a sua demanda de bens manufaturadas (estes predominantemente de origem inglesa) apresentavam-se com uma tendência de elevação no decorrer dos anos.

Este cenário, associado a condição de subsistência da economia da Polônia do século XIX, estrangularam o potencial de seu mercado interno, não dando a esta sociedade condições livres para o progresso das manufaturas. Por outro lado, List observa um efeito inverso no que tange aos preços relativos aos agricultores ingleses, já que estes conseguem reservar uma parcela cada vez mais volumosa de suas rendas ao consumo de manufaturas.

Esta relação cada vez mais dinâmica entre setores manufatureiros e setores agrícolas aumentaria substancialmente a possibilidade de intercâmbio entre os setores, facilitando o transbordamento de ideias. Simular ao que defendia Hamilton, este intercâmbio entre as regiões produtoras acabaria gerando prosperidade e crescimento populacional a ambas e conseqüentemente o progresso da nação.

5.2 Restrições as práticas protecionistas

O uso e a forma como que se devem ser utilizadas as práticas protecionistas devem ser ponderadas, fazendo que as restrições ao mercado interno possa ser um elemento capaz de gerar desenvolvimento as nações e não custos sociais.

List destaca que as adoções de práticas protecionistas só devem se aplicar no fomento de práticas manufatureiras. A adoção de tais práticas sobre produtos primários traz como principal e única resultante uma péssima alocação das forças produtivas. Segundo defende List, ao se adotar medidas que visem a proteção do setor agrícola não se consegue gerar mudanças significativas nas estruturas sociais e econômicas da nação assim como ocorre com a adoção das mesmas práticas protecionistas sobre o setor manufatureiro.

Desenvolve-se um argumento similar com o defendido pela escola clássica de economia política, uma vez que, List passa a defender um argumento no qual o livre comércio para bens primários é um instrumento importante na geração de riqueza.

Todavia, assim como nos é apresentado por List é fácil observar que tal prática está longe ser adotada pelas nações. O governo do Reino Unido, por exemplo, adotou práticas totalmente contrárias na defesa dos produtores de cereais

O uso de barreiras comerciais nestes mercados vai contra as “vantagens naturais” das nações, alocando as forças produtivas agrárias de maneira estritamente ineficiente, ao contrário do que ocorrera na adoção de medidas protecionistas sobre o setor manufatureiro.

Segundo os argumentos apresentados por List, o erro de Adam Smith e da economia política clássica encontra-se em uma herança que estes herdaram de outra escola de pensamento econômico: A Escola Fisiocrática.

A defesa da agricultura como principal setor produtivo e único na capaz de produzir excedente econômico. Esta hipótese impediu que a economia política clássica pudesse de fato ter uma interpretação fidedigna dos elementos capazes de garantir a prosperidade do setor agrário, ou seja, do impacto que as inovações oriundas do desenvolvimento das práticas manufatureiras detinham sobre a produção agrícola. Ao contrário do que defendido por List, estes apegaram-se meramente na expansão do volume de capital e na grandeza monetária alocada no setor para defender a construção desta teoria do excedente.

Também com base nesta hipótese de o excedente ser provido pelo setor agrícola, ignorou-se os impactos reais que uma nação estritamente agrícola está sujeita a sofrer sobre o regime de livre mercado. Sob esta orientação, as nações constituiriam economias dependentes, uma vez que seu progresso está intimamente ligado a uma infraestrutura econômica mais madura, ou seja, economias com setores manufatureiros e agrícolas apresentam um capitalismo mais maduro, mais desenvolvido.

5.3 Medidas Protecionistas

A seção anterior buscou apresentar as principais restrições no uso das práticas protecionistas e justificar o porquê destas, uma vez que se visa a opulência das nações, deve-se limitar seu campo de atuação ao setor das manufaturas. Todavia, o

tópico anterior deixa em aberto uma importante lacuna: apresentadas as críticas teóricas que validam a necessidades das práticas protecionistas, quais seriam as medidas práticas para que estas se apresentem de forma eficiente e sejam capazes de gerar o progresso das nações? No tocante a tal questionamento, Hamilton faz uma detalhada avaliação para diversas formas de práticas protecionistas já utilizadas com êxito por outras nações em seu processo de industrialização.

Alguns destes meios que visam incentivar e proteger a indústria nascente, alguns merecem destaque por serem necessários certa cautela a sua utilização. Dentre estes, destaca Hamilton alguns tópicos. Um destes pontos encontra-se na proibição a importação de artigos rivais, ou a taxação a um nível que inviabiliza quase que por completo a sua circulação no mercado interno. Esta deve ser utilizada com muita cautela pelas nações, principalmente por aquelas que não atingiram a maturidade de suas manufaturas.

Outro tópico que deve ser aplicado com cautela encontra-se na prática de subsídios ao setor manufatureiro. Apesar de julgar tal prática como eficiente, esta pode gerar penosas percas fiscais ao estado. Hamilton julga mais sábia a adoção de ‘subsídios indiretos’ através de uma política tributária que tribute bens rivais proveniente do estrangeiro e que utilizem matéria prima nacional como forma de conciliar os interesses do setor público e privado.

“A verdadeira forma de conciliar esses dois interesses é impor uma tarifa sobre as manufaturas estrangeiras feitas com as matérias primas cuja exploração deseja-se fomentar e investir os recursos provenientes desta tarifa em subsídios, seja para produzir a própria matéria prima ou para sua manufatura nacional” (HAMILTON, 1995, p.100)

Hamilton alerta que a busca por construir uma rede de fornecimento de matérias primas a baixo custo cita-se que pode ser benéfico as manufaturas o veto as exportações das matérias primas essenciais para os principais setores manufatureiros da nação. A restrição brusca da demanda pode ter efeito drásticos sobre o setor e inviabilizar a prática desta cultura na nação. Uma medida mais ponderada, visando os mesmos resultados, encontra-se na isenção de tarifas para matérias primas.

Outros meios de estímulo a produção manufatureira encontram-se no fomento, por parte da iniciativa pública, em criar uma atmosfera institucional favorável as demandas industrias. Dentre estas destaca-se para o fomento de ao desenvolvimento a novas invenções e tecnologias; a criação de uma rede de transportes que agilizam

o escoamento dos produtos; condições de uma rede bancária que facilite a circulação geral das remessas monetárias como forma de facilitar as compras de matérias primas e as vendas do setor manufatureiro.

Observada as medidas de que visam o fomento eficiente das manufaturas, é importante ressaltar que estas desempenham um papel de grande importância na compreensão da formação do capital físico – ou como citado pelo autor, capital material.

List apresenta-se em oposição ao princípio que o capital nacional é fruto da poupança e que seu valor se encontra no aumento de seu valor de troca. Esta encontra-se associada a uma visão de economia privada desenvolvida pela economia política clássica, dificultando com que esses conseguissem compreender a diversidade de formas que podem ser assumidas pelo capital.

A estrutura de capital descrita no parágrafo acima e defendida por Adam Smith apresenta-se sob a orientação de acumulo de rendas. Todavia, esta influência se faz presente quando se busca a análise de uma economia nacional, uma vez que para esta o foco deve-se dirigir para outra orientação: “O Capital Material”.

Este apresenta-se como um o elemento capa de gerar impactos significativos sobre a produção e as forças produtivas. Observa-se que este conceito se faz presente principalmente na esfera produtiva das manufaturas, esse por sua vez não se limita a ficar restrito dentro das estruturas urbanas e acaba transbordando para a estrutura agrária de produção.

6 Considerações Finais

Com base em todos os argumentos apresentados nos capítulos anteriores acaba sendo plausível se extrair conclusões importantes sobre o desenvolvimento das manufaturas nos países que lograram êxito em sua implementação.

O primeiro tópico a ser apresentado é o fato de ser evidente que, ao decorrer dos processos históricos, como nos é apresentado por Ha-Joon Chang em “*Chutando a Escada*”, Inglaterra e Estados Unidos desenvolveram de uma forma e defendem que a outras nações busquem desenvolvessem de outra forma e distanciam muito do ideal que por ventura vieram a defender ao atingirem fases mais avançadas nos seus processos de formação capitalista.

Como apresentado no primeiro capítulo deste trabalho, o exemplo da evolução das políticas comerciais de britânicos e, posteriormente, norte americanos, nos mostra como estas encontram-se distantes dos preceitos apresentados pelos principais expoentes da economia política clássica. O caso inglês, por sua vez, demonstra uma peculiaridade sobre o ideal de livre mercado por estes defendido. Se por um lado o Reino Unido defendia a eficiência do livre mercado e gabava-se que, dadas a maior eficiência das manufaturas inglesas a Grã-Bretanha deveria agir como indústria do mundo, em contrapartida a política comercial da ilha, ainda em meados do século XIX - como toda a superioridade na produção da indústria inglesa - detinha fortes restrições à entrada de bens estrangeiros.

Tal incoerência no discurso do livre mercado é claramente descrita por Hamilton em sua obra, quando este apresenta-se crítico a aqueles que defendem a vocação natural dos Estados Unidos, sendo a troca destes bens primários a forma mais eficiente de obtenção de bens manufaturados no mercado internacional.

“As Nações Manufatureiras restringem as vantagens naturais de sua situação, por seu empenho em não permitir que as nações agrícolas gozem das suas, sacrificando os interesses de um intercâmbio mutuamente benéfico à vã pretensão de vender tudo e não comprar nada” (HAMILTON, 1995 p.54)

Incoerência similar a cometida pelos ingleses em meados do século XIX viera a se repetir nos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial. Após 1945 a orientação do pensamento econômico americano inverte radicalmente sua orientação, distanciando-se dos princípios de Alexander Hamilton, Henry Clay, Henry Carey

dentre outros pensadores e aliam-se com conceitos defendidos pela economia política clássica.

Estas incoerências no desenvolvimento que se encontram ancoradas nos fatos apresentados no primeiro capítulo deste trabalho torna difícil concluir que o livre comércio entre as nações seja um elemento vital para que uma nação conquiste elevados níveis de desenvolvimento. Se para muitos atribuir desenvolvimento das manufaturas ou das nações manufatureiras como fruto oriundo apenas das práticas protecionistas pode ser uma conclusão de caráter leviano, por outro lado defender que o livre comércio como regra universal ao desenvolvimento torna-se algo que beira a intangibilidade da racionalidade.

Todavia, um fato, a, parece ser irrefutável. Similar ao que expressa Hamilton: “A riqueza, mas a independência e a segurança de um país parecem estar intimamente ligadas a prosperidade das manufaturas” (Hamilton, 1995, p.88). As nações que se mostraram mais eficientes em conquistar tal ‘Riqueza’ detém no DNA de seu processo de formação capitalista a adoção de práticas protecionistas como meio de fomento ao desenvolvimento das manufaturas e da opulência da nação.

7 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

- BAIROCH, P. *Economics and World History - Myths and Paradoxes*. Brighton: Weatsheaf, 1993.
- BRISCO, N. *The Economic Policy of Robert Walpole*. New York: The Columbia University Press, 1907.
- CHANG, H-r.J. *Chutando a Escada: A Estratégia do Desenvolvimento em Perspectiva Histórica*; Tradução: Luiz Antônio Oliveira de Araujo - São Paulo Editora UNESP, 2004.
- CONKIN, P. *Prophets of Prosperity: America's First Political Economists*. Bloomington: Indiana University Press, 1980
- DEFOE, D. *A plan of the English Commerce*. Publicado por C. Rivington 1728 (Reeditado por Basil Blackwell, Oxford, 1928).
- FIELDEN, K. The Rise and Fall of Free Trade. In: BARTLETT, C. (Ed.) *Britain Pre-eminent: Studies in British World Influence in The Nineteenth Century*. London: Macmillan, 1969.
- GARRATY, J., CARNES, M. *The American Nation – A History of the United States*. 10 ed. New York: Addison Wesley Longman, 2000.
- KINDLEBERGER, C. *World Economic Primacy: 1500 to 1990*. New York: Oxford University Press, 1996
- KOZUL-WRIGHT, R. The Myth of the Anglo-Saxon Capitalism: Reconstructing the History of the American State. In Chang, H-J., ROWTHORN, R. (Ed) *Role of the State in Economic Change*. Oxford: Oxford University Press, 1995
- LIST, G. F. *Sistema Nacional de Economia Política*; tradução Luiz João Baraúna - São Paulo: Abril Cultural, 1983
- HAMILTON, A. *Relatório sobre as Manufaturas*, Tradução Geraldo Luís Lino, Vitor Grunewaldt - Rio de Janeiro, 1995
- LUTHIN, R. Abraham Lincoln and the Tariff. *The American Historical Review*, v.49, n.4, 1944
- RAMSAY, G.D. *The English Woollen Industry, 1500-1750*. London, Basigstoke: Macmillan, 1982
- REINERT, E.S. *Como os Países Ricos Ficaram Ricos... e Por Que os países Pobres Continuam Pobres*, Tradução: Caetano Pena. – 1ed. - Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2016

SAY, J.B. *Economie Politique Pratique*, 1828

SMITH, A. *An Inquiry into the Nature and Causes of The Wealth of Nations*.

London, 1776